

Ministro tenta convencer

E mostra que os credores também perdem

BRASÍLIA — O pagamento de parte da dívida externa dos países do Terceiro Mundo é inviável dentro dos modelos que vêm sendo utilizados nos últimos cinco anos que, além de não terem resolvido o problema da dívida, prejudicaram o crescimento dos países devedores. É necessário, portanto, que se definam novos mecanismos e procedimentos para resolver a questão da dívida externa, disse em Viena o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, durante palestra realizada no 4º *U.S. Congressional Summit on Debt and Trade*, em Viena.

O recado de Bresser foi dado para uma platéia diretamente ligada ao problema da dívida externa do Brasil, como o presidente do Clube de Paris, Jean-Claude Trichet, o vice-presidente do Banco Mundial, Ernest Stern e o diretor-gerente adjunto do Fundo Monetário Internacional (FMI), Richard Erb, que ouviram do ministro o seguinte aviso: "Existem efetivamente obstáculos sérios, tanto internos quanto externos, para o pleno serviço da dívida pois isso, nas circunstâncias atuais, significará mais uma vez recessão".

Em seguida, Bresser expôs a proposta brasileira para a renegociação externa, que consiste em transformar parte da dívida em títulos, que ele apresentou como sendo uma "securitização" (referência à palavra *securities*, que em inglês significa títulos ou papéis rentáveis negociados em bolsa) da dívida de acordo com o seu valor de mercado". O ministro apresentou aos participantes do encontro duas opções que poderiam ser adotadas: transformar metade da dívida em títulos, escalonando os pagamentos em longo prazo, as taxas de juros de mercado, ou manter o valor nominal da dívida, mas reestruturá-la a taxas de juros fixas, abaixo do mercado.

Segundo o ministro, essas duas

modalidades vão evitar que continuem ocorrendo "as repetidas e infundáveis negociações para a obtenção de dinheiro novo ou para reescalonamento de principal".

Bresser, que pintou um quadro desesperançoso para os países devedores, alertando ainda que a questão da dívida também tem prejudicado os credores, enumerou as vantagens de sua proposta, favorável a todos: os países endividados passariam a dispor de recursos necessários para investir e crescer; traria estabilidade para o sistema bancário internacional e evitaria quedas das ações dos bancos credores; os credores também ganhariam com a perspectiva de poder expandir suas exportações para mercados que já provaram ser dinâmicos no passado.

O ministro procurou enfatizar, em sua palestra, que é contrário a "propostas radicais de repúdio à dívida externa", mas destacou as dificuldades encontradas pelos devedores latino-americanos para prosseguir seguindo os atuais modelos impostos pelos países credores e lembrou que, de 1983 a 1985, a média de aumento das transferências de recursos reais da América Latina (5,3% do PIB) correspondeu mais ou menos à média da redução em investimentos (5,8% do Produto Interno Bruto), o que demonstra, segundo ele, que "os países da região estão adiando investimentos essenciais a fim de servir à dívida externa."

Destacou, por fim, o efeito negativo do pagamento de juros sobre o déficit público.

— No Brasil, os juros pagos sobre o déficit correspondem a 2,3% do PIB o que afeta os investimentos públicos e desencoraja, por causa das altas taxas de juros internos decorrentes da situação, os investimentos privados. — Disse ainda que a tentativa de expandir superávits comerciais por meio de repetidas desvalorizações cambiais também provocam o aumento do déficit, além de gerar uma competição entre os países endividados.